

Companhia  
Hidrelétrica Teles  
Pires S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31  
de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Balço patrimonial</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>16</b>

# Companhia Hidrelétrica Teles Pires

Relatório de Administração – 2022

## 1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

---

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "CHTP") com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída em 04 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos Municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 07 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica.

O prazo do Contrato de Concessão, originalmente de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura, foi prorrogado por mais 234 dias, relativos ao ressarcimento pelo risco não hidrológico. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("UHE Teles Pires") passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

Em 30 de Novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia

Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de Janeiro de 2023.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 608.225 em 31 de dezembro de 2022 (567.485 em 31 de dezembro de 2021). O prejuízo do exercício de 2022 é de R\$ 40.740 (lucro de R\$ 43.633 em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia celebrou com a Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia na Companhia. O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de operação e a observância aos direitos de preferência de terceiros.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de Janeiro de 2023.

## 2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2022	2021	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita Operacional Bruta	1.089.538	990.367	99.171	10,0%
Receita Operacional Líquida	916.260	833.258	83.002	10,0%
EBITDA	315.114	354.288	(39.174)	-11,1%
Resultado do Serviço - EBIT	139.826	190.806	(50.980)	-26,7%
Resultado Financeiro	(199.585)	(120.383)	(79.201)	65,8%
Lucro Líquido	(40.740)	43.633	(84.373)	-193,4%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	2022	2021	Varição (R\$)	Varição (%)
Ativo Total	4.658.961	4.677.843	(18.880)	-0,4%
Dívida Bruta	2.322.807	2.303.265	19.542	0,8%
Dívida Líquida	2.131.855	2.185.605	(53.750)	-2,5%
Patrimônio Líquido	1.878.676	1.919.416	(40.740)	-2,1%

Atendendo a Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma

instrução:

<b>Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Varição (R\$)</b>	<b>Varição (%)</b>
(Prejuízo) Lucro Líquido	(40.740)	43.633	(84.373)	-193,4%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(19.019)	26.790	(45.809)	-171,0%
Amortização e Depreciação	175.288	163.482	11.806	7,2%
Receitas Financeiras	(27.987)	(5.819)	(22.168)	381,0%
Despesas Financeiras	228.002	126.899	101.103	79,7%
Outros Resultados Financeiros Líquidos	(430)	(697)	267	-38,3%
<b>LAJIDA (EBITDA)</b>	<b>315.114</b>	<b>354.288</b>	<b>(39.174)</b>	<b>-11,1%</b>

### 3. ENDIVIDAMENTO

---

#### 3.1 PERFIL DA DÍVIDA

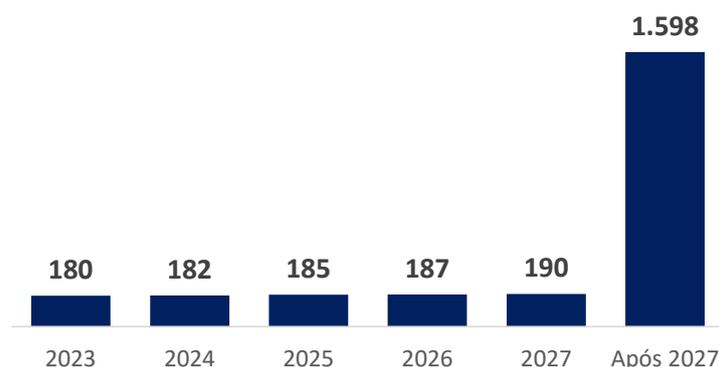
A Companhia assinou com o BNDES, em 27 de setembro de 2012, os instrumentos denominados documentos de financiamento, sendo eles: (i) Contrato de penhor e outras avenças; (ii) Contrato de cessão fiduciária de direito, administração de contas e outras avenças; e (iii) Contratos de financiamento Direto, firmado com o BNDES no valor de R\$1.212.000, e de Repasse de recursos firmado com o Banco do Brasil no valor de R\$1.200.000, decorrentes da Dec. Nº Dir. 766/2012-BNDES, de 24 de julho de 2012, no valor total de R\$2.412.000.

Os contratos foram assinados para pagamento em 240 meses, com carência para início de pagamento em julho de 2015 e vencimento final do principal e juros em 2036.

São cobrados juros de 1,89% a.a. acima da TJLP para os valores liberados referentes ao contrato de repasse, e 2,02% a.a. acima da TJLP para os valores referentes ao contrato direto.

Em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros, com capitalização no saldo devedor do montante que deixar de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia foi de aproximadamente R\$ 181 milhões.

### Amortização CHTP



#### 4. AUDITORES INDEPENDENTES

---

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para realização de auditoria para o exercício de 2022 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria, tanto para a Companhia como para sua controladora, TPP:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 310	12 meses

#### 5. AGRADECIMENTOS

---

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da  
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena Santos  
Contadora CRC RJ-100983/O-7

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3</b>	<b>916.260</b>	<b>833.258</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(763.587)</b>	<b>(625.440)</b>
Custos com energia elétrica	4	(549.342)	(427.296)
Custos de operação	5	(214.245)	(198.144)
<b>Lucro bruto</b>		<b>152.673</b>	<b>207.818</b>
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(12.847)	(17.012)
<b>Lucro operacional</b>		<b>139.826</b>	<b>190.806</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6</b>	<b>(199.585)</b>	<b>(120.383)</b>
Receitas financeiras		27.987	5.819
Despesas financeiras		(228.002)	(126.899)
Outros resultados financeiros, líquidos		430	697
<b>(Prejuízo) lucro antes dos tributos</b>		<b>(59.759)</b>	<b>70.423</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>7.1.1</b>	<b>19.019</b>	<b>(26.790)</b>
Diferido		19.019	(26.790)
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>		<b>(40.740)</b>	<b>43.633</b>
<b>(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>		<b>(0,03)</b>	<b>0,02</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(40.740)</b>	<b>43.633</b>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(40.740)</u></b>	<b><u>43.633</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(40.740)</b>	<b>43.633</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	175.288	163.482
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	39	-
Tributos sobre o lucro	(19.019)	26.790
Resultado financeiro, líquido	199.585	120.383
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	-	(43.174)
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(46.600)	(7.979)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	6.447	6.845
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	641	(67)
Obrigações com meio ambiente	(15.521)	(9.628)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(13.547)	8.623
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(181)	(77.460)
Outros ativos e passivos, líquidos	(1.419)	2.853
<b>Caixa líquidos proveniente das operações</b>	<b>244.973</b>	<b>234.301</b>
Encargos de dívidas pagos	(92.132)	(142.694)
Uso do bem público	(10.547)	(9.621)
Rendimento de aplicação financeira	25.667	6.428
Pagamento de juros – Arrendamentos	(41)	(61)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(3)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>167.921</b>	<b>88.350</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.409)	(16.268)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(2.517)	(3.229)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	3.801
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(12.926)</b>	<b>(15.696)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	692	1.199
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(89.078)	(149.113)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(195)	(195)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(88.581)</b>	<b>(148.109)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>66.414</b>	<b>(75.455)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.367	158.822
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>149.781</u>	<u>83.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>8</b>	149.781	83.367
Contas a receber de clientes e outros	<b>10</b>	149.964	103.364
Tributos sobre o lucro a recuperar	<b>7.1.3</b>	10.318	7.112
Outros tributos a recuperar		5.930	1.293
Outros ativos circulantes		5.447	7.021
<b>Total do circulante</b>		<u><b>321.440</b></u>	<u><b>202.157</b></u>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	<b>9</b>	41.171	34.293
Tributos sobre o lucro diferidos	<b>7.1.2</b>	273.317	254.298
Depósitos judiciais	<b>16.1.c</b>	56.819	53.950
Direito de uso		599	791
Imobilizado	<b>11</b>	3.809.849	3.962.748
Intangível	<b>12</b>	155.766	169.606
<b>Total do não circulante</b>		<u><b>4.337.521</b></u>	<u><b>4.475.686</b></u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u><b>4.658.961</b></u></u>	<u><u><b>4.677.843</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	<b>13</b>	73.540	67.093
Empréstimos e financiamentos	<b>14</b>	186.645	92.530
Passivo de arrendamento		272	288
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		2.340	1.699
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	<b>7.3.1</b>	15.470	23.747
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	<b>15</b>	14.191	13.064
Provisões ambientais	<b>16.2</b>	23.302	30.739
Outros passivos circulantes		8.120	9.250
<b>Total do circulante</b>		<b><u>323.880</u></b>	<b><u>238.410</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	<b>14</b>	2.136.162	2.210.735
Passivo de arrendamento		505	740
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	<b>7.3.1</b>	11.341	6.615
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	<b>15</b>	172.593	167.839
Provisões ambientais	<b>16.2</b>	22.646	29.478
Provisões	<b>16.1.a</b>	112.274	103.353
Outros passivos não circulantes		884	1.257
<b>Total do não circulante</b>		<b><u>2.456.405</u></b>	<b><u>2.520.017</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	<b>17</b>	2.486.901	2.486.901
Prejuízo Acumulado		(608.225)	(567.485)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.878.676</u></b>	<b><u>1.919.416</u></b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b><u>4.658.961</u></b>	<b><u>4.677.843</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.561.167</b>	<b>(74.266)</b>	<b>(567.485)</b>	<b>1.919.416</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(40.740)	<b>(40.740)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.561.167</b>	<b>(74.266)</b>	<b>(608.225)</b>	<b>1.878.676</b>
	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.561.167</b>	<b>(74.266)</b>	<b>(611.118)</b>	<b>1.875.783</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	43.633	<b>43.633</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.561.167</b>	<b>(74.266)</b>	<b>(567.485)</b>	<b>1.919.416</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (“Companhia” ou “CHTP”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro detentora da Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, nos municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará.

Em 30 de Novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de Janeiro de 2023.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (“CCEAL”).

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 4.394 (R\$ 36.253 em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto nos planos de negócios dos Acionistas para a Companhia aporte de recursos se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7.1.2).

### 1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

#### 1.1.1 Gestão de riscos financeiros

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

**a) Gestão de riscos de mercado**

**(i) Risco de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

**(ii) Risco de Inflação**

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

**b) Gestão de riscos de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos de investimento exclusivo para empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 149.133 em fundos de investimento (R\$ 83.364 em 2021).

**c) Risco de solvência**

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

**d) Gestão de riscos de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

**(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais**

Oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

## (ii) Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

### 1.1.2 Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu ao seguro de risco hidrológico conforme descrito na nota 12.

## 1.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	2022	
	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	100.000
Veículos - Operacionais	13/06/2022 a 13/06/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	2.100.000
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	94
Lucros Cessantes	31/05/2022 a 31/05/2023	2.106.254

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2023.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a).

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

<b>Nota</b>	<b>Estimativas e julgamentos significativos</b>
3.3	Receita de fornecimento de energia e operação de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
11.1	Imobilizado
16.1.d	Provisão para processos judiciais
19.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

## 2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:

**a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecimento de energia	1.030.644	985.492
Venda de crédito de carbono <sup>1</sup>	58.894	4.875
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.089.538</b>	<b>990.367</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.2)	(173.278)	(157.109)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>916.260</b>	<b>833.258</b>

<sup>1</sup> Venda de 6 milhões de Certificados de Emissão Reduzida (CER), referente aos créditos de carbono gerados entres os anos de 2017 e 2020 do Projeto da Usina Hidrelétrica Teles Pires, e registrados junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

**3.1 Fornecimento de energia elétrica**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
ACR	574.667	521.565
ACL	455.977	463.927
<b>Total</b>	<b>1.030.644</b>	<b>985.492</b>

**3.2 Deduções de receita bruta**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Tributos</b>		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(12.071)	(9.274)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>(98.237)</u>	<u>(90.300)</u>
	<b>(110.308)</b>	<b>(99.574)</b>
<b>Encargos setoriais</b>		
Outros encargos <sup>1</sup>	<u>(62.970)</u>	<u>(57.535)</u>
	<b>(62.970)</b>	<b>(57.535)</b>
<b>Total</b>	<u><b>(173.278)</b></u>	<u><b>(157.109)</b></u>

(<sup>1</sup>) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e outorga pela concessão de utilização do bem público (CFURH).

**3.3 Política contábil e julgamento crítico****3.3.1 Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

**3.3.2 Estimativas e julgamento crítico**

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

A receita de operações de venda de crédito de carbono estão reconhecidas ao valor justo da contraprestação a receber quando o controle do crédito de carbono é transferido para o cliente.

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Compra para revenda</b>		
Energia curto prazo – PLD e MRE	(16.743)	(32.220)
Ressarcimento de risco hidrológico - GSF <sup>1</sup>	-	43.174
Energia adquirida contrato bilateral	(196.241)	(134.917)
Outros	(679)	(707)
<b>Subtotal</b>	<b>(213.663)</b>	<b>(124.670)</b>
Créditos de PIS e COFINS	18.126	13.730
<b>Total</b>	<b>(195.537)</b>	<b>(110.940)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>		
Encargos de rede básica	(392.818)	(348.066)
Encargos de conexão	(174)	(173)
<b>Subtotal</b>	<b>(392.992)</b>	<b>(348.239)</b>
Créditos de PIS e COFINS	39.187	31.883
<b>Total</b>	<b>(353.805)</b>	<b>(316.356)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>	<b>(549.342)</b>	<b>(427.296)</b>

(1) Vide nota 12.

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**

	2022			2021		
	Custos de operação	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(8.396)	(3.748)	(12.144)	(8.414)	(1.969)	(10.383)
Administradores	-	(2.644)	(2.644)	-	(2.447)	(2.447)
Serviços de terceiros	(11.270)	(5.219)	(16.489)	(10.088)	(11.579)	(21.667)
Materiais	(1.946)	(118)	(2.064)	(1.510)	(55)	(1.565)
Depreciação e amortização	(174.793)	(495)	(175.288)	(163.222)	(260)	(163.482)
Provisão pra processos judiciais	-	55	55	-	292	292
Impostos, taxas e contribuições	(47)	(67)	(114)	(46)	(404)	(450)
Outras receitas e despesas, líquidas <sup>1</sup>	(17.793)	(611)	(18.404)	(14.864)	(590)	(15.454)
<b>Total</b>	<b>(214.245)</b>	<b>(12.847)</b>	<b>(227.092)</b>	<b>(198.144)</b>	<b>(17.012)</b>	<b>(215.156)</b>

(<sup>1</sup>) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	25.667	6.428
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.395)	(421)
Atualização de depósitos judiciais	3.680	(622)
Outras receitas financeiras	35	434
	<u>27.987</u>	<u>5.819</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>1</sup>	(200.060)	(155.984)
Atualização de provisões ambientais	(3.207)	(7.398)
Atualização de UBP (Uso do Bem Público)	(11.700)	(18.370)
Atualização de provisões para processos judiciais	(9.914)	57.292
Outras despesas financeiras	(3.121)	(2.439)
	<u>(228.002)</u>	<u>(126.899)</u>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações monetárias	(194)	(63)
Ganhos com variações monetárias	624	760
	<u>430</u>	<u>697</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(199.585)</u>	<u>(120.383)</u>

(<sup>1</sup>). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação.

## 7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

### 7.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### 7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(59.759)</b>	<b>70.423</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>20.318</b>	<b>(23.944)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Outros adições (reversões) permanentes	(1.299)	(2.846)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>19.019</b>	<b>(26.790)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>38%</b>
Diferido <sup>1</sup>	19.019	(26.790)

(1) A Companhia constituiu prejuízo fiscal em dezembro/21, entretanto no acumulado houve reversão de IRPJ e CSLL diferidos devido ao impacto do ressarcimento de risco não hidrológico (GSF), que foi considerado como diferença temporária, conforme quadro a seguir.

**7.1.2 Tributos diferidos ativos**

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>260.533</b>	<b>247.988</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(13.505)	(14.070)
Provisão para processos judiciais	10.199	7.166
Provisões ambientais	13.341	10.186
Arrendamentos	61	-
PLR	197	139
Outros	2.491	2.889
<b>Total</b>	<b>273.317</b>	<b>254.298</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<b>Ativo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>254.298</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	19.019
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>273.317</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>281.088</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(26.790)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>254.298</b>

A UHE Teles Pires foi implantada na modalidade de *Project Finance*, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos. Com isso, seu cenário de resultados tributários negativos apurados nos últimos anos tende a ser revertido. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>Entre 2027 e 2031</b>	<b>Entre 2032 e 2036</b>	<b>Entre 2037 em diante</b>
Ativo fiscal diferido, líquido	7.201	3.416	4.283	6.228	32.738	99.460	100.972

**7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
IRPJ	8.298	4.429
CSLL	2.020	2.683
<b>Ativo</b>	<b>10.318</b>	<b>7.112</b>

**Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

A Companhia possui o montante de R\$ 960 em 31 de dezembro de 2022 (866 em 31 de dezembro de 2021), de um processo legal de natureza de Ação Tributária referente a crédito de saldo negativo de IRPJ/2011, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

#### 7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

##### a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

##### b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

### 7.3 Outros tributos

#### 7.3.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	1.335	169
Programa de integração social - PIS	583	570
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2.714	2.637
Impostos e contribuições retidos na fonte	539	112
Outros	1.750	2.355
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>6.921</b>	<b>5.843</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13.410	17.234
Outros <sup>1</sup>	6.480	7.285
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>19.890</b>	<b>24.519</b>
<b>Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>26.811</b>	<b>30.362</b>
Circulante	15.470	23.747
Não Circulante	11.341	6.615

(1) Referem-se a CFURH, FNDCT e MME.

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	648	3
Fundos de Investimento	149.133	83.364
<b>Total</b>	<b><u>149.781</u></b>	<b><u>83.367</u></b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras é de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundos de Investimento - BB	41.171	34.293

A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais dos empréstimos junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Os valores depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>34.293</b>	<b>33.476</b>
Aplicação	2.517	3.229
Resgate	-	(3.801)
Rendimentos	4.361	1.389
<b>Saldo final</b>	<b><u>41.171</u></b>	<b><u>34.293</u></b>

**10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b><u>106.513</u></b>	<b><u>103.364</u></b>
Terceiros	49.837	48.670
Partes relacionadas (nota 18)	56.676	54.694
<b>Venda de créditos de carbono</b>	<b><u>43.451</u></b>	<b><u>-</u></b>
Partes relacionadas (nota 18)	43.451	-
<b>Total</b>	<b><u>149.964</u></b>	<b><u>103.365</u></b>

**10.1 Fornecimento de energia elétrica**

O saldo de contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreende os recebíveis oriundos da venda de energia.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Recebível</u>	<u>Recebível</u>
ACR	68.663	42.075
ACL	37.850	61.289
<b>Total</b>	<b><u>106.513</u></b>	<b><u>103.364</u></b>

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Recebível</u>	<u>Recebível</u>
A vencer	106.513	103.364

## 10.2 Política contábil e julgamentos críticos

### a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

### b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dadas essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

## 11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	<u>Centrais de hidroelétricas</u>	<u>Construções e terrenos</u>	<u>Outros</u>	<u>Ativos em construção</u>	<u>Total</u>
<b>Taxa de depreciação a.a</b>	<b>2% - 16,67%</b>	<b>3,16% - 4%</b>	<b>6,25% - 14,29%</b>	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.796.604</b>	<b>1.129.830</b>	<b>1.268</b>	<b>35.046</b>	<b>3.962.748</b>
Adições	-	-	-	10.195	10.195
Baixas	-	-	-	(39)	(39)
Capitalização de gastos <sup>1</sup>	-	-	-	213	213
Depreciação	(114.535)	(48.457)	(503)	-	(163.495)
Transferências entre classes	16.458	245	1.206	(17.909)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	227	227
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.698.527</b>	<b>1.081.618</b>	<b>1.971</b>	<b>27.733</b>	<b>3.809.849</b>
Custo	3.570.966	1.444.306	3.043	27.733	5.046.048
Depreciação acumulada	(872.439)	(362.688)	(1.072)	-	(1.236.199)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.945.130</b>	<b>1.191.066</b>	<b>1.270</b>	<b>18.568</b>	<b>4.156.034</b>
Adições	-	-	-	17.060	17.060
Baixas	(41.676)	(15.667)	-	-	(57.343)
Depreciação	(106.874)	(45.569)	(245)	-	(152.688)
Transferências entre classes	24	-	243	(267)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(315)	(315)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.796.604</b>	<b>1.129.830</b>	<b>1.268</b>	<b>35.046</b>	<b>3.962.748</b>
Custo	3.554.509	1.444.061	1.837	35.046	5.035.453
Depreciação acumulada	(757.905)	(314.231)	(569)	-	(1.072.705)

**11.1 Política contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

**12.INTANGÍVEL**

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	<b>Concessão</b>	<b>Software</b>	<b>Outros</b>	<b>Ativos em formação<sup>1</sup></b>	<b>Total</b>
<b>Taxa de amortização a.a.</b>	<b>3,13%% - 3,85%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>-</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>157.244</b>	<b>20</b>	<b>12.342</b>	<b>-</b>	<b>169.606</b>
Adições	-	-	-	1	1
Baixas			(1.955)		(1.955)
Amortização	(6.245)	(6)	(5.408)	-	(11.659)
Transferências – outros	-	-	(227)	-	(227)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>150.999</b>	<b>14</b>	<b>4.752</b>	<b>-</b>	<b>155.766</b>
Custo	189.586	31	25.077	-	214.695
Amortização acumulada	(38.587)	(17)	(20.325)	-	(58.929)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>120.443</b>	<b>26</b>	<b>33.102</b>	<b>1</b>	<b>153.572</b>
Adições	-	-	-	26.298	26.298
Amortização	(4.722)	(6)	(5.536)	-	(10.264)
Transferências – entre intangíveis	41.523	-	(15.224)	(26.299)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>157.244</b>	<b>20</b>	<b>12.342</b>	<b>-</b>	<b>169.606</b>
Custo	189.587	31	27.260	-	216.878
Amortização acumulada	(32.343)	(11)	(14.918)	-	(47.272)

(<sup>1</sup>) Ressarcimento do risco hidrológico.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações.

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica.

Com base nos cálculos divulgados pela CCEE em 02 de março de 2021, a Companhia reconheceu uma adição ao intangível no montante de R\$ 26.755. Em 10 setembro de 2021, após os novos cálculos divulgados pela CCEE em razão do advento da Lei 14.182/21, a companhia reconheceu uma adição de R\$ 16.418 ao intangível, que equivale ao acréscimo de 91 dias no prazo de concessão. O total do intangível reconhecido de R\$ 43.174, equivalente de um acréscimo de 234 dias em seu prazo de concessão. Esse total representa o valor justo dos valores de ressarcimento que a Companhia tem direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e já acrescidos de um custo de capital próprio equivalente a 9,63%.

#### a. Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

### 13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Energia elétrica</b>	<b>20.404</b>	<b>13.220</b>
Terceiros	17.077	12.327
Partes relacionadas (nota 18)	3.327	893
<b>Encargos de uso da rede</b>	<b>43.151</b>	<b>38.999</b>
Terceiros	37.990	34.848
Partes relacionadas (nota 18)	5.161	4.151
<b>Materiais e serviços</b>	<b>9.985</b>	<b>14.874</b>
Terceiros	9.820	14.782
Partes relacionadas (nota 18)	165	92
<b>Total</b>	<b>73.540</b>	<b>67.093</b>

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****14.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Empréstimos bancários	2.322.807	2.303.265
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.322.807</b>	<b>2.303.265</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(149.781)	(83.367)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 9)	(41.171)	(34.293)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.131.855</b>	<b>2.185.605</b>

**14.2 Empréstimos e financiamentos**

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

**a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Dominados em R\$</b>		
Indexados a taxas flutuantes	2.322.807	2.303.265
Passivo circulante	186.645	92.530
Passivo não circulante	2.136.162	2.210.735

**b) Fluxo de pagamento futuros de dívida**

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Total<sup>1</sup></b>
2023	179.929	174.834	354.763
2024	182.292	163.838	346.130
2025	184.682	150.290	334.972
2026	187.102	138.141	325.243
2027	189.552	125.195	314.747
Entre 2028 e 2032	985.730	419.542	1.405.272
Entre 2033 e 2037	612.484	72.638	685.122
<b>Total</b>	<b>2.521.771</b>	<b>1.244.478</b>	<b>3.766.249</b>

(<sup>1</sup>) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (Taxas de Juros de Longo Prazo(TJLP)) em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>2.303.265</b>	<b>2.437.889</b>
<b>Efeito no fluxo de caixa:</b>		
Captações	692	1.199
Amortizações de principal	(89.101)	(149.113)
Pagamento de encargos de dívida	(92.109)	(142.694)
<b>Efeito não caixa:</b>		
Encargos incorridos	200.060	155.984
<b>Saldo final do período</b>	<b><u>2.322.807</u></b>	<b><u>2.303.265</u></b>

**d) Linhas de Crédito**

<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>Data limite de captação</u>	<u>Montante total</u>	<u>Montante utilizado</u>
Linhas de financiamento	R\$	15/02/2036	12.000	9.246

**e) Condições restritivas financeiras (Covenants)**

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor do último serviço da dívida. A Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor pago do último serviço da dívida pago por fiança bancária, até 30 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 1,74, com a adesão do *stand still*, e caso não houvesse essa adesão, o índice seria de 1,01, não atingindo o índice contratual.

Com a adesão ao *standstill*, a Companhia está dispensada da obrigação da majoração da conta reserva para 6 vezes o serviço da dívida, relativa ao não cumprimento do ICSD.

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%.

Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 40%.

**f) Política contábil**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

**15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)**

Em 07 de setembro de 2014, a controlada “CHTP” celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada “CHTP” recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515. O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>180.903</b>
Atualização monetária	11.700
Ajuste a valor presente	4.728
Pagamentos	(10.547)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>186.784</b>
Circulante	14.191
Não circulante	172.593
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>167.364</b>
Atualização monetária	18.370
Ajuste a valor presente	4.790
Pagamentos	(9.621)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>180.903</b>
Circulante	13.064
Não circulante	167.839

**16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisões para processos judiciais (nota 16.1)	112.274	103.353
Provisão para obrigações ambientais (nota 16.2)	45.948	60.217
	<u>158.222</u>	<u>163.570</u>
Passivo circulante	23.302	30.739
Passivo não circulante	134.920	132.831

**16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais****a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<u>Provisões cíveis</u>	<u>Provisões trabalhistas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>102.830</b>	<b>523</b>	<b>103.353</b>
Adições e reversões, líquido	(1.213)	218	(995)
Atualização monetárias	9.903	13	9.916
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>111.520</b>	<b>754</b>	<b>112.274</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>298.473</b>	<b>2.135</b>	<b>300.608</b>
Adições e reversões, líquido	(5.348)	(872)	(6.220)
Pagamentos	(77.000)	(77.000)	(77.000)
Atualização monetárias	(113.295)	(740)	(114.035)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>102.830</b>	<b>523</b>	<b>103.353</b>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

**(i) Processos cíveis:** Do total de R\$ 111.520 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 102.830 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destaca-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais, e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

**(ii) Processos trabalhistas:** Os R\$ 754 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

**b) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos cíveis <sup>1</sup> (i)	204.080	174.213
Processos trabalhistas (ii)	5.243	1.707
Processos fiscais (iii)	54.028	50.997
	<u>263.351</u>	<u>226.917</u>

(1) Variação decorrente *Claim* do consórcio construtor apresentado na nota 16.1.b.i

**(i) Cíveis**

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública (“ACP”) no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 204.080 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 174.213 em 31 de dezembro de 2021) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

**Claim do Consórcio Construtor**

Em 14 de setembro de 2021 foi celebrado o acordo com o Consórcio Construtor Teles Pires - (“CCTP”) para a extinção do processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado em maio de 2016.

O referido acordo definiu que a companhia fizesse o pagamento de R\$ 77.000 ao CCTP, sendo R\$ 7.898 retidos a título de caução garantia, até a conclusão de pendências relativas à construção.

A provisão da contingência constituída em 2016 foi revertida em 30 de setembro de 2021, afetando (i) o imobilizado no montante de R\$ 45.657, visto o pleito ter sido iniciado no período pré-operacional da Hidrelétrica Teles Pires e (ii) o resultado financeiro num total de R\$ 61.913, pela reversão da atualização monetária do processo após o início da operação da usina.

**(ii) Trabalhistas**

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 5.243 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2020) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

**(iii) Fiscais**

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 54.028 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 50.997 em 31 de dezembro de 2021).

**c) Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Processos cíveis	55.345	52.731
Processos trabalhistas	625	594
Processos fiscais	849	625
	<b>56.819</b>	<b>53.950</b>

**d) Política contábil e julgamentos críticos****(i) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

**(ii) Estimativas e julgamentos críticos**

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**16.2 Provisões ambientais**

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60.217</b>
Baixa/Reversão	(1.955)
Pagamentos/Indenizações	(15.521)
Atualização	3.207
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>45.948</b>
Circulante	23.302
Não circulante	22.646
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>79.550</b>
Ajuste a valor presente	(17.103)
Pagamentos/Indenizações	(9.628)
Atualização	7.398
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>60.217</b>
Circulante	30.739
Não circulante	29.478

Segue abaixo o cronograma de pagamento das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

<b>Cronograma</b>	
2023	19.518
2024	26.430
<b>Total</b>	<b>45.948</b>

## 17.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.486.901, correspondente a 2.486.901 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal.

	<b>ON</b>	<b>ON %</b>
Teles Pires Participações S.A.	2.464.519	99,10%
Neoenergia S.A.	22.382	0,90%
<b>Total</b>	<b>2.486.901</b>	<b>100%</b>

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia celebrou com a Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia na Companhia. O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de operação e a observância aos direitos de preferência de terceiros .

### 17.2 Lucro (prejuízo) por ação

Os valores do lucro (prejuízo) básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(40.740)	43.633
Média ponderada de número ações em circulação	2.561.167	2.486.901
<b>(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação</b>	<b>(0,03)</b>	<b>0,02</b>

## 18. PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas são apresentados abaixo:

### 18.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Ativo</b>						
Contas a receber e outros (nota 10) (a) / (b) / (c) / (d) / (e) / (f) / (g)	38.130	61.997	100.127	36.248	18.446	54.694
	<b>38.130</b>	<b>61.997</b>	<b>100.127</b>	<b>36.248</b>	<b>18.446</b>	<b>54.694</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores e contas a pagar (nota 13) (g) / (h)	2.889	5.764	8.653	1.334	3.802	5.136
	<b>2.889</b>	<b>5.764</b>	<b>8.653</b>	<b>1.334</b>	<b>3.802</b>	<b>5.136</b>

### 18.2 Transações com partes relacionadas

	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Resultado do período</b>						
Receita operacional líquida	380.113	258.990	639.103	365.314	215.486	580.800
Custos dos serviços	(32.636)	(65.790)	(98.426)	(7.552)	(58.965)	(66.527)
Despesas gerais e administrativas	(2.060)	-	(2.060)	(3.140)	-	(3.140)
	<b>345.417</b>	<b>193.200</b>	<b>538.617</b>	<b>354.622</b>	<b>156.521</b>	<b>511.143</b>

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**18.3 Principais transações com partes relacionadas**

As principais transações com partes relacionadas nos itens 18.1 e 18.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	Crédito de carbono	IPCA	1 ano	2023	43.451	43.451
b)	NC ENERGIA	Contrato de venda de energia elétrica ACL	IPCA	22 anos	2023	19.303	224.336
c)	COELBA	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	9.442	78.220
d)	CELPE	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30anos	2023	3.672	29.757
e)	COSERN	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	817	6.191
f)	ELEKTRO REDES	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	2.394	20.435
g)	NEOENERGIA BRASÍLIA	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	2.501	21.175
h)	NC ENERGIA	Contrato de compra de energia elétrica ACL	IPCA	1 ano	2023	(2.236)	(26.479)

#### 18.4 Remuneração da administração

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	2022	2021
Salários e benefícios recorrentes	2.321	2.344
Benefícios de longo prazo	323	103
	<u>2.644</u>	<u>2.447</u>

### 19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 19.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	648	149.133	3	83.364
Títulos e valores mobiliários	-	41.171	-	34.293
Contas a receber de clientes e outros	149.964	-	103.364	-
	<u>150.612</u>	<u>190.304</u>	<u>103.367</u>	<u>117.657</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	73.540	-	67.093	-
Empréstimos e financiamentos	2.322.807	-	2.303.265	-
Passivo de arrendamento	777	-	1.028	-
Uso do bem público	186.784	-	180.903	-
Outros passivos financeiros	8.494	-	9.523	-
	<u>2.592.403</u>	<u>-</u>	<u>2.561.812</u>	<u>-</u>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

#### 19.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2(d), (análise de sensibilidade).

**a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)**

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	149.133	83.364
Títulos e valores mobiliários	41.171	34.293
	<u><b>190.304</b></u>	<u><b>117.657</b></u>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

**b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)**

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	<u>Saldo contábil</u>	<u>Estimativa de valor justo - Nível 2</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Estimativa de valor justo - Nível 2</u>
Empréstimos e financiamentos	2.322.807	2.322.807	2.303.265	2.303.265

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

**c) Política contábil**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

**(i) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

**(ii) Passivo financeiro**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

**d) Métodos e técnicas de avaliação****(i) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

**e) Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes no mercado em 31/12/2022.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	190.304	25.976	6.494	12.988
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,20%	(2.322.807)	(212.484)	(41.811)	(83.621)

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES  
**Presidente**

**Titulares**

Rodolfo Fernandes da Rocha  
Hugo Renato Anacleto Nunes  
Heber Costa  
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto  
Werdine Machado

**Suplentes**

José Paulo Werberich  
Mariane Carvalho Medeiros  
Renato de Almeida Rocha  
Ildo Wilson Grudtner  
Almir Galvani Coutinho

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Ana Graciela Heugas Granato  
**Diretora Administrativa, Financeira, de  
Coordenação e Meio Ambiente**

Idebrando José Pereira Martins  
**Diretor Técnico**

**CONTADORA**

Rachel Alves Pascale  
CRC-RJ-Nº115915/O-3

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, alusivas ao exercício findo em 31.12.2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A relativas ao exercício findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.

Ana Graciela Granato  
**Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente**

Ildebrando Martins  
**Diretor Técnico**

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia Hidrelétrica Tele Pires S.A**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

RODOLFO FERNANDES DA ROCHA

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

HEBER COSTA

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO